**QUESTÕES DE PERÍCIA CONTÁBIL DO ENADE 2018 E 2022**

**E**

**QUESTÕES DE ÉTICA E LEGISLAÇÃO DO EXAME DE SUFICIÊNCIA - 2023.1; 2023.2; 2024.1; 2024.2**

QUESTÕES DE PERÍCIA CONTÁBIL DO ENADE 2018 E 2022

(Questão 12, ENADE 2022) - Perícia Contábil

A perícia contábil é o conjunto de procedimentos técnico-científicos destinados a levar à instância decisória elementos de prova necessários a subsidiar à justa solução do litígio ou constatação de fato, mediante laudo pericial contábil e/ou parecer pericial contábil, em conformidade com as normas jurídicas e profissionais pertinentes com a legislação específica. Norma Brasileira de Contabilidade NBC TP 01 (R1) – Norma Técnica de Perícia Contábil. Disponível em: <https://cfc.org.br>. Acesso em: 21 jul. 2022.

Considerando as regras e procedimentos técnicos que devem ser observados pelo perito contábil, avalie as afirmações a seguir.

I. O laudo pericial contábil e o parecer pericial contábil têm por limite os próprios objetivos

da perícia deferida ou contratada.

II. A perícia judicial é aquela exercida sob a tutela do Conselho Federal de Contabilidade; enquanto a perícia extrajudicial é aquela exercida no âmbito arbitral, estatal ou voluntária.

III. Os procedimentos de perícia contábil visam fundamentar as conclusões que serão levadas ao laudo pericial contábil ou parecer pericial contábil, e abrangem, total ou parcialmente: exame, vistoria, indagação, investigação, arbitramento, mensuração, avaliação e certificação.

IV. O perito-contador, enquanto estiver de posse do processo ou de documentos, deve zelar pela sua guarda e segurança, e para a execução da perícia contábil, deve ater-se ao prazo de 90 dias para a execução dos objetivos da perícia realizada.

V. A perícia contábil, tanto a judicial como a extrajudicial, é de competência exclusiva de

contador registrado em Conselho Regional de Contabilidade.

É correto apenas o que se afirma em

A) I, II e III.

B) I, II e IV.

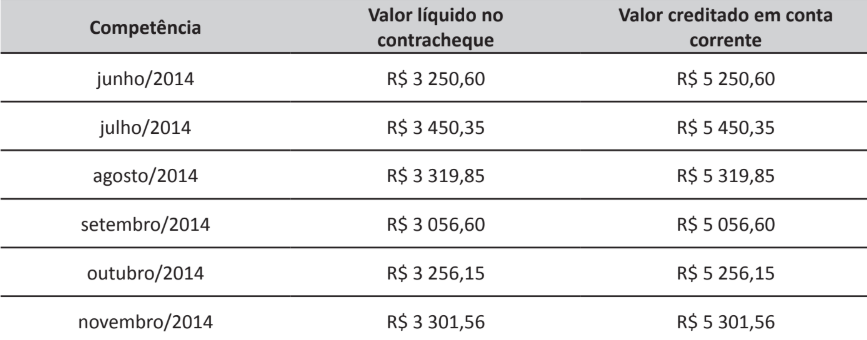
C) I, III e V.

D) II, IV e V.

E) III, IV e V.

(Questão 15, ENADE 2018) - Perícia Contábil

Um empregado que trabalhou em uma empresa no período de 01/06/2014 a 30/11/2014 foi demitido. Ele moveu uma ação em processo trabalhista contra essa empresa, pois no cálculo do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) e do INSS, ela não havia recolhido os encargos sociais incidentes sobre as gratificações recebidas. No processo, o ex-empregado da empresa apresentou os dados constantes da tabela a seguir.



Apresentou, ainda, um e-mail enviado por um dos sócios da empresa, informando que ele receberia o montante de R$ 2.000,00 mensais a título de gratificação por função. O juiz responsável pelo julgamento do processo designou um perito para análise da situação.

Considerando esses dados, bem como alíquotas de 8% de FGTS e de 25,5% de INSS e desconsiderando possíveis correções monetárias, assinale a opção correta.

A) O perito deverá solicitar à empresa as folhas de pagamento e o termo de rescisão desse empregado para verificar o reflexo das alíquotas do FGTS e do INSS não recolhidas sobre os proventos recebidos, incluindo nesse cálculo as verbas proporcionais e indenizatórias.

B) O total do FGTS devido ao empregado a título de gratificação por função, sem que se considerem os respectivos reflexos, é de R$ 860,00, e o valor em aberto a título de INSS é de R$ 3.060,00.

C) O perito deverá informar, no laudo judicial, que o valor da gratificação não influenciará o cálculo de horas extras, caso tenham ocorrido em alguma competência.

D) O valor de 40% referente à multa rescisória não será levado em consideração no valor a ser recolhido do FGTS sobre as diferenças apuradas.

E) O ex-empregado terá direito a um valor adicional de R$ 166,67 mensais a título de férias proporcionais ao tempo de serviço.

QUESTÕES DE ÉTICA E LEGISLAÇÃO DO ENADE 2018 E 2022

(Questão 15, ENADE 2022) - Ética e Legislação

A NBC PG 01, que trata do Código de Ética Profissional do Contador, tem por objetivo fixar a conduta do contador no exercício da sua atividade e nos assuntos relacionados à profissão e à classe. O profissional de contabilidade deve seguir os preceitos estabelecidos nessa norma, nas demais Normas Brasileiras de Contabilidade e na legislação vigente.

Disponível em: [https://www1.cfc.org.br.](https://www1.cfc.org.br) Acesso em: 22 jun. 2022 (adaptado).

Considerando essa situação, avalie as asserções a seguir e a relação proposta entre elas.

I. O contador deve exercer a profissão com zelo, diligência, honestidade e capacidade técnica,

observando as Normas Brasileiras de Contabilidade e a legislação vigente, resguardando o

interesse público e os interesses de seus clientes ou empregadores, sem prejuízo à dignidade e à independência profissional.

II. O contador deve abster-se de interpretações tendenciosas sobre a matéria que constitui objeto do trabalho, mantendo a independência profissional.

A respeito dessas asserções, assinale a opção correta.

A) As asserções I e II são proposições verdadeiras, e a II é uma justificativa correta da I.

B) As asserções I e II são proposições verdadeiras, mas a II não é uma justificativa correta da I.

C) A asserção I é uma proposição verdadeira, e a II é uma proposição falsa.

D) A asserção I é uma proposição falsa, e a II é uma proposição verdadeira.

E) As asserções I e II são proposições falsas.

(Questão 32, ENADE 2018) - Ética e Legislação

Considerando o estabelecido no Código de Ética Profissional do Contador, avalie as afirmações a seguir.

I. Se os diretores de uma empresa determinarem ao contador que não registre um passivo ambiental no ano corrente porque isso afetará o processo de obtenção de uma licença ambiental pela empresa, o contador deve acatar a determinação, com a ressalva de que ele possa estornar o lançamento no ano seguinte.

II. Um contador que rescinde o contrato de prestação de serviços contábeis dada a inadimplência de seu cliente, e que se nega a atender a solicitação de informações feita pelo novo contador do cliente, argumentando que só as fornecerá após receber os honorários a ele devidos, age de acordo com o estabelecido no referido código profissional.

III. Um contador que anuncia seus serviços em uma revista de negócios, enaltecendo as próprias qualificações profissionais e acadêmicas e citando alguns nomes importantes de sua carteira de clientes, adota conduta amparada no código de ética de sua profissão.

IV. De acordo com o código de ética da profissão, é permitido a um contador aceitar prestar serviços contábeis a uma empresa que explora a atividade de produção e distribuição de filmes eróticos adultos.

É correto o que se afirma em

A) I e II, apenas.

B) I e IV, apenas.

C) II e III, apenas.

D) III e IV, apenas.

E) I, II, III e IV.

QUESTÕES DE ÉTICA E LEGISLAÇÃO DO EXAME DE SUFICIÊNCIA - 2023.1; 2023.2; 2024.1; 2024.2

(Questão 37, Exame de Suficiência De Contabilidade 2023.1, CONSULPLAN) - Ética e Legislação

Com base na NBC PG 100 (R1) – Cumprimento do Código, dos Princípios Fundamentais e da Estrutura Conceitual, analise as afirmativas a seguir.

I. O profissional da contabilidade tem a obrigação de cumprir os princípios fundamentais de Ética Profissional. Contudo, poderá haver casos de conflito na aplicação prática dos princípios, ocasião em que o profissional deverá, sempre de maneira anônima, consultar o respectivo Conselho Regional de Contabilidade, ficando vinculado ao parecer obtido, eximindo-se do dever de julgamento profissional.

II. O profissional da contabilidade não deve, de forma consciente, estar associado a relatórios, declarações, comunicações ou outras informações que acredita conter informações ou declarações significativamente falsas ou enganosas. Essa obrigação está diretamente relacionada à observância do princípio fundamental da Integridade.

III. Em respeito ao princípio fundamental da confidencialidade, é vedado ao profissional de contabilidade divulgar informações confidenciais de clientes ou da entidade empregadora, enquanto perdurar seu vínculo com essas pessoas, ainda quando solicitado para a produção de evidências em procedimentos legais.

Está correto o que se afirma apenas em

A) I.

B) II.

C) I e II.

D) II e III.

(Questão 40, Exame de Suficiência De Contabilidade 2023.1, CONSULPLAN) - Ética e Legislação

Analise as afirmativas a seguir.

I. O Código de Ética do Profissional do Contador fixa a conduta do profissional de contabilidade quando no exercício da sua atividade não se estendendo aos assuntos relacionados à classe.

II. A conduta ética do contador se restringe, exclusivamente, aos preceitos estabelecidos na NBC PG 01 – Código de Ética Profissional do Contador.

III. O Código de Ética Profissional do Contador não se aplica ao técnico em contabilidade, que tem o seu próprio Código.

Está INCORRETO o que se afirma em

A) I, II e III.

B) I, apenas.

C) II, apenas.

D) III, apenas.

(Questão 41, Exame de Suficiência De Contabilidade 2023.2, CONSULPLAN) - Ética e Legislação

As Normas Brasileiras de Contabilidade classificam e conceituam dois tipos de contadores: contador interno e externo.

A esse respeito, e, ainda, considerando o disposto na NBC PG 200 (R1) que dispõe sobre contadores empregados (contadores internos), assinale a afirmativa correta.

A) O profissional da contabilidade em empresas pode ser empregado, contratado, parceiro, diretor, gerente-proprietário, mas nunca voluntário de organização empregadora.

B) A forma legal da relação do profissional da contabilidade com a organização empregadora não tem qualquer relação com as responsabilidades éticas atribuídas ao referido profissional.

C) Quanto mais alto o cargo do profissional de contabilidade, menor será a sua capacidade de influenciar as políticas, as decisões e as ações a serem tomadas em prol da organização empregadora.

D) Ao desenvolver atividades que não requerem a observância de estrutura de relatório relevante, o profissional da contabilidade estará impedido de exercer julgamento profissional que vise identificar a finalidade para a qual as informações serão usadas.

(Questão 42, Exame de Suficiência De Contabilidade 2023.2, CONSULPLAN) - Ética e Legislação

A NBC PG 100 (R1) dispõe sobre o cumprimento do Código, dos Princípios Fundamentais e da Estrutura Conceitual. De acordo com as disposições do Código de Ética Profissional dos Profissionais da Contabilidade, assinale a afirmativa INCORRETA.

A) A aplicação de salvaguardas é uma forma pela qual as ameaças podem ser tratadas.

B) As salvaguardas são medidas únicas, isoladas e adotadas, caso a caso, pelo profissional da contabilidade e extinguem completamente as ameaças.

C) A estrutura conceitual se aplica à identificação, à avaliação e ao tratamento tanto de ameaças à independência quanto de ameaças ao cumprimento dos princípios fundamentais.

D) A estrutura conceitual reconhece que políticas e procedimentos estabelecidos pela profissão, pela legislação, pela regulamentação, pela firma ou organização empregadora podem afetar a identificação de ameaças por parte do profissional de contabilidade.

(Questão 8, Exame de Suficiência De Contabilidade 2024.1, FGV) - Ética e Legislação

Na aplicação das sanções éticas, avalie os itens a seguir:

I. A gravidade da infração.

II. A punição ética anterior transitada em julgado.

III. A aplicação de salvaguardas.

IV. A ação ou omissão que macule publicamente a imagem do contador.

Podem ser considerados agravantes os itens

A) I e II, apenas.

B) I, II e III.

C) I, II e IV.

D) II, III e IV.

(Questão 9, Exame de Suficiência De Contabilidade 2024.1, FGV) - Ética e Legislação

Avalie, com base no Código de Ética do contador, se os deveres do contador incluem, entre outros:

I. exercer a profissão com zelo, diligência, honestidade e capacidade técnica, observando as Normas Brasileiras de Contabilidade e a legislação vigente, resguardando o interesse público, os interesses de seus clientes ou empregadores, sem prejuízo da dignidade e independência profissionais;

II. recusar sua indicação em trabalho quando reconheça não se achar capacitado para a especialização requerida;

III. guardar sigilo sobre o que souber em razão do exercício profissional, inclusive no âmbito do serviço público, ressalvados os casos previstos em lei ou quando solicitado por autoridades competentes, entre estas os Conselhos Federal e Regionais de Contabilidade.

Está correto o que se afirma em:

A) I e II, apenas.

B) I e III, apenas.

C) II e III, apenas.

D) I, II e III.

(Questão 10, Exame de Suficiência De Contabilidade 2024.1, FGV) - Ética e Legislação

A ética pode ser aplicada em praticamente todas as nossas ações. Em algumas, ela terá um peso maior que em outras e o importante é buscar agir de acordo com princípios morais e valores alinhados ao que consideramos mais justo para nós e para os outros. Isto é, pensar no que faz mais sentido para o contexto e a melhoria de todos e não apenas em nosso próprio ganho pessoal. <https://mariaceciliagomes.com.br/entendendo-etica-e-sua-importancia-na-vida-de-cada-um/>

Com base na reflexão, avalie se as afirmativas a seguir são falsas (F) ou verdadeiras (V):

( )No ambiente de trabalho, a ética é fundamental para garantir um ambiente saudável e produtivo entre as pessoas.

( )Agir de forma ética pode ser ter uma postura respeitosa em relação aos colegas, clientes e fornecedores; manter a confidencialidade das informações e evitar conflitos de interesse.

( )A ética envolve tomar decisões justas, cumprindo as leis e normas regulatórias e considerando o impacto de nossas ações em relação aos outros.

As afirmativas são, respectivamente,

A) V – V – V.

B) V – F – F.

C) F – V – V.

D) F – F – F.

(Questão 8, Exame de Suficiência De Contabilidade 2024.2, FGV) - Ética e Legislação

Considerando o CÓDIGO DE ÉTICA PROFISSIONAL DO CONTADOR, em seu item 8, avalie se nas propostas para a prestação de serviços profissionais devem constar explicitamente:

I. todos os serviços cobrados individualmente.

II. o valor de cada serviço.

III. a periodicidade.

IV. a forma de reajuste.

Estão corretos os itens:

A) I e II, apenas.

B) III e IV, apenas.

C) I, II e III, apenas.

D) I, II, III e IV.

(Questão 9, Exame de Suficiência De Contabilidade 2024.2, FGV) - Ética e Legislação

Considerando o CÓDIGO DE ÉTICA PROFISSIONAL DO CONTADOR, em seu item 7, o contador deve estabelecer, por escrito, o valor dos serviços em suas propostas de prestação de serviços profissionais, considerando os elementos abaixo, à exceção de um. Assinale-o.

A) O tempo que será consumido para a realização do trabalho.

B) A possibilidade de ficar impedido da realização de outros serviços.

C) O resultado lícito favorável que, para o contratante, advirá com o serviço prestado.

D) A peculiaridade de tratar-se de cliente imprevisto.

(Questão 10, Exame de Suficiência De Contabilidade 2024.2, FGV) - Ética e Legislação

A ética é fundamental no exercício da contabilidade, pois garante a integridade, a transparência e a confiança nas informações financeiras divulgadas, aspectos essenciais para o bom funcionamento das empresas e a estabilidade econômica. O papel da contabilidade na sociedade vai além do simples registro de transações, pois ela atua como um mecanismo de

A) controle.

B) auditoria.

C) manutenção.

D) aproximação.

(Questão 11, Exame de Suficiência De Contabilidade 2024.2, FGV) - Ética e Legislação

Avalie se o CÓDIGO DE ÉTICA PROFISSIONAL DO CONTADOR, em seu item 20, prevê as seguintes penalidades:

I. Advertência reservada;

II. Advertência pública;

III. Censura reservada;

IV. Censura pública.

Estão corretos os itens

A) I e II, apenas.

B) I, III e IV.

C) I, II e III.

D) II, III e IV.

QUESTÕES DE PERÍCIA CONTÁBIL DO EXAME DE SUFICIÊNCIA - 2023.1; 2023.2; 2024.1; 2024.2

(Questão 47, Exame de Suficiência De Contabilidade 2023.1, CONSULPLAN) - Perícia Contábil

Ariovaldo, profissional graduado em ciências contábeis e com vasta experiência na área, foi legalmente nomeado perito judicial. Ao iniciar os trabalhos, Ariovaldo percebe que, para elaboração do Laudo e respostas aos quesitos formulados pelas partes, não se fazem necessários conhecimentos técnicos ou científicos especializados, mas, tão somente, planilhamento de lançamentos a débito e a crédito existentes em 72 contas bancárias do investigado, além de apuração dos montantes movimentados em todas as contas pelo período de 5 anos. Considerando o grande volume de trabalho, haja vista que todos os extratos bancários foram disponibilizados em meio físico (impressos), o fato de outros servidores do judiciário ou mesmo de outros órgãos públicos serem capazes de fazer o planilhamento e a apuração dos saldos movimentados, as disposições do Código de Processo Civil e, unicamente, as informações anteriormente disponibilizadas, Ariovaldo deve:

A) Alegar impedimento e recusar o trabalho.

B) Escusar-se do encargo alegando justo motivo.

C) Empregar toda diligência exigida e, no prazo acordado, entregar seu trabalho.

D) Declarar possibilidade de suspeição, pois esse tipo de trabalho tem grande probabilidade de erro.

(Questão 48, Exame de Suficiência De Contabilidade 2023.1, CONSULPLAN) - Perícia Contábil

Mário, formado em direito e em ciências contábeis, já atuou como perito judicial designado em inúmeras periciais contábeis requisitadas pelo Poder Judiciário. Profundo conhecedor, também, de direito tributário, foi aprovado em concurso público, devidamente empossado, tornando-se membro do Ministério Público. Considerando as disposições do Código de Processo Civil e, unicamente, as informações anteriormente disponibilizadas, assinale a afirmativa correta.

A) Por ter se tornado membro do Ministério Público, Mário está impedido de atuar como perito judicial.

B) Se Mário tornou-se membro do Ministério Público Federal, ele poderá atuar como perito judicial na esfera estadual.

C) Mário poderá atuar como perito judicial na área contábil, pois o concurso para o qual foi aprovado se deve à sua formação em direito.

D) Desde que os trabalhos periciais não tenham ligação com as causas nas quais ele atua no Ministério Público, não há impedimento para que Mário atue como perito judicial.

(Questão 47, Exame de Suficiência De Contabilidade 2023.2, CONSULPLAN) - Perícia Contábil

Recentemente contratado pela empresa Alpha, em análise à documentação que lhe foi entregue, determinado contador, com vasta experiência em perícia contábil, se deparou com algumas situações peculiares; analise-as.

I. A empresa Alpha efetuou a retenção das contribuições previdenciárias de seus colaboradores (empregados) durante todo o exercício de 2021 e nos seis primeiros meses de 2022. Contudo, não efetuou o devido recolhimento desses valores à Previdência Social. O contador alertou os responsáveis legais da empresa e aconselhou que eles, espontaneamente, confessassem e efetuassem o recolhimento do montante legalmente devido. Contudo, uma vez que já havia o recebimento de denúncia criminal, conforme disposição legal, a pretensão punitiva do Estado não seria suspensa ou extinta.

II. Lourenço, dono da empresa Alpha, vendeu determinado imóvel de sua propriedade para Giovanna, não efetuando prova de quitação dos tributos incidentes sobre o bem negociado e, Giovanna, por sua vez, não fez o devido registro da negociação do imóvel junto ao cartório e nem comunicou a aquisição junto à prefeitura. Posteriormente à venda, verificou-se que havia débitos inadimplidos de IPTU de anos anteriores à realização do negócio. Nessa situação, o

contador alertou Lourenço sobre a autoridade pública competente exigir legalmente o cumprimento de obrigações inadimplidas de IPTU.

III. A construção de uma clínica de recuperação de dependentes químicos na zona rural de determinado município provocou a desvalorização do sítio de propriedade de Lourenço, dono da empresa Alpha, que o vendeu com enorme prejuízo. No mesmo ano, ele adquiriu outro imóvel na mesma cidade e o vendeu pelo triplo do valor de aquisição. Nessa situação, por se tratar do mesmo exercício, Lourenço poderá compensar o ganho de capital obtido com a vendado segundo imóvel e o prejuízo advindo da venda do sítio na declaração anual do seu imposto de renda.

Está correto o que se afirma em

A) I, II e III.

B) II, apenas.

C) III, apenas.

D) I e II, apenas.

(Questão 48, Exame de Suficiência De Contabilidade 2023.2, CONSULPLAN) - Perícia Contábil

Considerando as disposições do Código de Processo Civil aplicáveis à Perícia Contábil, assinale a afirmativa correta.

A) A prova pericial é resultado de trabalhos de alta complexidade e não deve ser, jamais, confundida ou relacionada a trabalhos de vistoria e avaliação.

B) Se o ponto controverso de determinado fato a ser apurado for de extrema complexidade, o juiz deverá, de ofício ou a requerimento das partes, apenas inquirir especialistas.

C) Quando a prova de determinado fato não depender de conhecimento especial de técnico, as provas produzidas forem suficientes para convicção do juiz ou a verificação dos fatos a serem apurados for impraticável, o juiz indeferirá a realização de perícia.

D) Quando a prova do fato a ser apurado depender de conhecimento técnico e científico, mesmo que de menor complexidade, o juiz estará obrigado a determinar a elaboração de prova pericial, não podendo dispensar a assistência de perito ou determinar a adoção de trabalho técnico simplificado.

(Questão 49, Exame de Suficiência De Contabilidade 2024.1, FGV) - Perícia Contábil

Acerca dos procedimentos periciais, julgue as afirmativas a seguir, considerando as disposições da NBC TP 01 (R1) – PERÍCIA CONTÁBIL:

I. Indagação é a busca de informações mediante entrevista com conhecedores do objeto ou de fato relacionado à perícia.

II. Arbitramento é a determinação de valores e quantidades ou a solução de controvérsia por critério técnico-científico.

III. Vistoria é a análise de livros, registros de transações e documentos.

Está correto apenas o que se afirma em

(A) II.

(B) I e III.

(C) III.

(D) I e II.

(Questão 50, Exame de Suficiência De Contabilidade 2024.1, FGV) - Perícia Contábil

No que tange ao conceito de honorários da perícia contábil, é correto afirmar, com base na NBC PP 01 (R1) – PERITO CONTÁBIL, que

A) os honorários periciais fixados ou arbitrados e não quitados podem ser executados, judicialmente, pelo perito em conformidade com os dispositivos do Código de Processo Civil.

B) ainda que a perícia seja considerada inconclusiva ou ineficiente, não há hipótese prevista em lei que determine a devolução parcial ou total dos valores recebidos.

C) o perito nomeado pode requerer a liberação de até 30% dos honorários depositados, quando julgar necessário para o custeio antes do início dos trabalhos.

D) na elaboração da proposta de honorários, o perito deve considerar, entre outros fatores: quem será o magistrado da causa; quem são as partes da causa; a complexidade da matéria e o prazo estabelecido para o recebimento dos honorários.

(Questão 50, Exame de Suficiência De Contabilidade 2024.2, FGV) - Perícia Contábil

A perícia contábil é essencial para garantir uma solução justa e fundamentada em litígios, tanto judiciais quanto extrajudiciais, ao fornecer uma análise técnica e científica acerca dos fatos envolvidos. De acordo com a NBC TP 01 – PERÍCIA CONTÁBIL, o principal objetivo da perícia contábil no contexto judicial e extrajudicial é

A) avaliar o desempenho financeiro das empresas envolvidas no litígio.

B) fornecer elementos de prova necessários para subsidiar a justa solução do litígio.

C) estabelecer a culpa das partes envolvidas no processo.

D) emitir pareceres financeiros para fins de auditoria interna.